

## Relatório de Participação

**Reunião: Reunião preparatória para a Sexta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América Latina e do Caribe (Cartagena das Índias, abril de 2018)**

**Data e local: Santiago, 7 a 10 de agosto de 2017**

**Participantes: Embaixador Benedicto Fonseca Filho (Ministério das Relações Exteriores)**

Realizou-se, em Santiago, na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de 7 a 10 de agosto de 2017, reunião preparatória para a Sexta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América Latina e do Caribe (Cartagena das Índias, abril de 2018). A delegação brasileira foi integrada pelo Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Maximiliano Martinhão; pelo Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Benedicto Fonseca Filho; pelo Chefe da Divisão da Sociedade da Informação do MRE, Ministro Carlos da Fonseca; pelo Coordenador Nacional da Estratégia Digital Brasileira, Daniel Cavalcanti; pelo Secretário Cristiano Rabelo, da Embaixada do Brasil em Santiago; pelo Senhor Luiz Fernando Castro, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br); e pelo Senhor Alexandre Barbosa, Chefe do Centro de Estudos de Tecnologias da Informação e das Comunicações (CETIC.br), vinculado ao CGI.br.

PROCESSO eLAC

2. O processo eLAC (originalmente, por extenso, "Estratégia da América Latina e do Caribe para a Sociedade da Informação"; hoje "Agenda Digital para a América Latina e o Caribe") visa ao estabelecimento de uma estratégia regional para a redução do hiato digital e a promoção do uso das tecnologias digitais como instrumentos de desenvolvimento sustentável. Tem como missão promover o desenvolvimento do ecossistema digital na América Latina e no Caribe mediante um processo de integração e cooperação regional, fortalecendo as políticas digitais que impulsionam o conhecimento, a inclusão, a equidade, a inovação e a sustentabilidade ambiental. A CEPAL atua como secretaria técnica (ST) do mecanismo.

3. O processo iniciou-se em 2000 mediante um diálogo regional sobre a sociedade da informação e do conhecimento na América Latina e no Caribe, dando origem à Declaração de Florianópolis e ao compromisso dos países de conceber e implementar programas para o acesso e o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Prosseguiu com a organização, em 2003, da Conferência Ministerial Regional Preparatória da América Latina e do Caribe para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) e a aprovação da Declaração de Bávaro.

4. Em 2005, realizou-se no Rio de Janeiro a Primeira Conferência Ministerial Regional da América Latina e do Caribe, preparatória da segunda fase da CMSI, em que se aprovou a primeira versão do Plano de Ação sobre a Sociedade da Informação da América Latina e do Caribe (eLAC2007), o qual passou a constituir marco conceitual com visão holística das principais ações a serem perseguidas pelos países da região para o desenvolvimento de sociedades da informação maduras.

5. O processo teve seguimento com a adoção dos planos eLAC2010 e eLAC2015, pela Segunda e Terceira Conferências Ministeriais, celebradas, respectivamente, em São Salvador, em 2008, e em Lima, em 2010. Em 2013, teve lugar em Montevideu a Quarta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América Latina e do Caribe, na qual se reafirmou a vigência do plano eLAC2015, com a adoção de plano de trabalho e ações específicas para o período 2013-2015.

6. Durante a Quinta Conferência sobre a Sociedade da Informação na América Latina e o Caribe, realizada em agosto de 2015, no México, os governos da região aprovaram a Declaração da Cidade do México e a Agenda Digital para a América Latina e o Caribe (eLAC2018), com o propósito de efetuar um balanço da implementação das ações anteriormente acordadas e renovar a condução do diálogo político sobre a matéria, incorporando os desafios emergentes da revolução digital e seu impacto sobre as políticas públicas. O plano eLAC 2018 contém 23 objetivos distribuídos em cinco áreas de ação: (i) Acesso e Infraestrutura; (ii) Economia Digital, Inovação e Competitividade; (iii) Governo Eletrônico e Cidadania; (iv) Desenvolvimento Sustentável e Inclusão; e (v) Governança para a Sociedade da Informação.

7. A mesa de coordenação reuniu-se, na manhã de 7/8, com o objetivo de repassar a agenda da reunião de Santiago, em particular no que se refere ao início do processo de elaboração do plano de ação 2018-2020 (eLAC2020), a ser adotado pela próxima Conferência Ministerial.

8. Vale assinalar que a mesa de coordenação, órgão executivo do processo eLAC, é composta, desde 2015, por 7 representantes de governo em representação das diferentes sub-regiões: Brasil e Chile (Cone Sul); Equador e Colômbia (países andinos); República Dominicana (Caribe; vaga correspondente aos países caribenhos de expressão inglesa não foi preenchida); Guatemala e México (América Central). Participam, ainda, na condição de observadores, representantes das seguintes organizações: Associação para o Progresso das Comunicações (APC); Associação Interamericana de Empresas de Telecomunicações (ASIET); Federação de Associações da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal de Entidades de Tecnologia da Informação (ALETI); Registro de Endereços de Internet para a América Latina e o Caribe (LACNIC); e Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

9. A mesa de coordenação passou em revista papéis elaborados pela ST, em coordenação com a presidência mexicana, entre os quais documento intitulado "Transformación digital para la productividad y la inclusión: elementos a considerar para el eLAC 2020". No referido documento, a ST propunha que, ao promover a atualização das áreas prioritárias, o novo plano de ação deveria levar em consideração, entre outros, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o documento final da Reunião de Alto Nível da AGNU para Revisão dos Resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS, Nova York, dezembro de 2015).

10. De acordo com a referida proposta, a próxima versão da Agenda Digital Regional deveria ser estruturada de acordo com os seguintes eixos temáticos, de modo a manter sintonia com o debate internacional em torno dos desafios e oportunidades ligados à transformação digital: (i) Infraestrutura Digital; (ii) Inovação Baseada em Dados; (iii) Digitalização da Produção; (iv) Habilidades Digitais; (v) Governo Digital e Políticas de Segurança Cibernética.

11. Ao manifestar-se de acordo com as grandes linhas da proposta, o Brasil indicou, contudo, que tencionaria propor, na reunião plenária de 9/8, redação alternativa para numerosos objetivos incluídos nas áreas de ação prioritárias propostas no documento do Secretariado. Além disso, adiantou propostas de criação de nova área prioritária relacionada ao Mercado Digital Regional, assim como de atribuição de maior ênfase às ações voltadas à criação de confiança no ambiente digital, seja pela inclusão de novo objetivo em alguma área de ação já incluída na proposta da ST ou mediante estabelecimento de novo eixo estruturante. Outros representantes de governo e dos demais setores representados na mesa de coordenação chamaram atenção para outros aspectos que não estariam devidamente contemplados na proposta do Secretariado. Ao tomar nota dos comentários e observações, a ST informou que, em consulta com a presidência mexicana, revisaria sua proposta original para consideração da citada reunião plenária.

12. Para além de questões de redação tópicas, a reunião inicial da mesa de coordenação serviu para ratificar o entendimento - inicialmente proposto pela delegação brasileira - de que, embora seja importante preservar a Agenda Digital como marco conceitual, seria imprescindível, neste momento, inaugurar nova etapa pela qual o mecanismo deveria também passar a servir como plataforma que dê suporte a iniciativas concretas, conducentes a resultados, na medida do possível, mensuráveis. Isso deverá requerer não apenas a identificação de iniciativas, mas também o "mapeamento" dos órgãos/entidades nacionais relevantes e dos foros onde os assuntos identificados como prioritários vêm sendo (ou poderiam vir a ser) tratados de forma mais adequada. Esse mapeamento permitirá discernir em que áreas específicas o processo eLAC poderia ser utilizado de forma proveitosa para alavancar ações concretas, seja por iniciativa própria ou pela atuação coordenada junto a instâncias já existentes. Tratar-se-ia, portanto, de instaurar nova etapa no desenvolvimento do mecanismo ("eLAC 2.0").

13. A mesa de coordenação também discutiu a ampliação das possibilidades de atuação dos observadores não-governamentais, assim como a definição de critérios para admissão de novos observadores, no contexto de crescente interesse demonstrado por entidades do setor privado, da sociedade civil e das comunidades acadêmica e técnica

em participar do processo eLAC. Examinou, nesse contexto, pleito apresentado por representantes de empresas individuais para participação na reunião plenária do dia 09/08 (em princípio restrita a representantes dos Estados membros e observadores devidamente credenciados). Sobre esse tema, a delegação brasileira reiterou abertura à ampliação do envolvimento de representantes do setor privado nos trabalhos da eLAC, frisando, no entanto, a necessidade de estabelecer regras que sejam igualmente aplicáveis aos representantes da sociedade civil, de forma a deixar claro que o processo estaria aberto à contribuição de todos os setores. Em relação ao pleito específico referente à participação na reunião negociadora do dia 9/8, o Brasil sugeriu que a participação das empresas interessadas deveria dar-se na condição de membros da ASIET (que, conforme informado anteriormente, já detém "status" de observador), dessa forma replicando procedimento adotado em outros foros internacionais, tais como o Fórum de Governança da Internet - IGF (em que representantes do setor privado participam plenamente sob o "chapéu" da ICC/BASIS, entidade representativa do setor). A proposta foi aceita pelos demais membros da mesa de coordenação, no entendimento de que tal participação deveria dar-se na condição de ouvinte.

14. Discutiu-se, em seguida, pleito de representantes não-governamentais no sentido de que o número de entidades observadoras da mesa fosse elevado para sete (atualmente são cinco). A pedido da presidência mexicana, a ST comprometeu-se a elaborar proposta para exame pela próxima Conferência Ministerial. Ressaltou-se, de todo modo, o interesse em assegurar maior engajamento do setor privado nos trabalhos do eLAC, segundo regras claras e predefinidas, considerando ainda que a Agenda 2030 salienta a importância das parcerias público-privadas para realização dos ODS.

15. Debateu-se, igualmente, o funcionamento dos Grupos de Trabalho criados durante a Quinta Conferência Ministerial. Levantamento do Secretariado indicou que, dos 12 grupos de trabalho criados em 2015, 3 foram posteriormente extintos, e, dos 9 restantes, apenas 5 apresentaram planos de trabalho. Mesmo assim, apenas 3 grupos realizaram atividades nos últimos seis meses: (i) GT sobre Governança da Internet (sob a presidência do Brasil); (ii) GT sobre Mercado Digital Regional (sob a presidência do México); e (iii) GT sobre Acesso e Infraestrutura.

Nesse contexto, a mesa de coordenação ratificou proposta da ST no sentido de que, no contexto do plano de ação eLAC2020, decisão sobre a constituição de grupos de trabalho seja tomada posteriormente à Conferência Ministerial na Colômbia, com base na apresentação de planos de trabalho consistentes e factíveis, dessa forma assegurando maior engajamento político e sustentabilidade dos GTs para além da Conferência Ministerial propriamente dita.

#### PAINÉIS TEMÁTICOS

16. No contexto da reunião preparatória, foram realizados, na tarde do dia 7 e ao longo de todo o dia 8/8, sessões em formato de painéis para debate dos seguintes temas: (i) O Papel da Digitalização e da Inovação na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: a perspectiva regional e a Contribuição da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação; (ii) Mercado Digital Regional; (iii) Inovação Baseada em Dados - moderado pelo Coordenador Nacional da Estratégia Digital Brasileira, Daniel Cavalcanti; (iv) Internet Industrial - do qual participou o Secretário de Política de Informática do MCTIC; e (v) Desenvolvimento Digital Inclusivo - do qual o Senhor Alexandre Barbosa, do NIC.br, atuou como moderador. No total, participaram cerca de 20 especialistas, entre representantes de governo, personalidades da sociedade civil, do setor privado e do setor acadêmico.

17. Em sua apresentação no painel sobre Internet Industrial, o Secretário de Política de Informática do MCTIC realizou apresentação em que descreveu, em linhas gerais, o conteúdo da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital - que ora passa por processo de consultas públicas, antes de sua aprovação final, prevista para o fim de 2017. Reproduzo, a seguir, teor da apresentação do Secretário Martinhão:

"Brasil acaba de lanzar en Consulta Pública el documento de Estrategia Nacional para la Transformación Digital, que tiene un horizonte de cinco años: 2017-2022. Esta estrategia busca indicar prioridades de acción en el ámbito del gobierno federal para crear un ambiente habilitador para la transformación digital del país, elevando la competitividad y productividad en nuestra economía.

Nuestra estrategia analiza en profundidad cinco temas habilitadores de la transformación digital:

infraestructura; investigación, desarrollo e innovación; confianza en el ambiente digital; educación y capacitación; y dimensión internacional. En lo que se refiere a la transformación digital, se analizan cuatro grandes temas: la economía basada en datos; un mundo de dispositivos conectados; nuevos modelos de negocio; y la transformación digital del propio gobierno. El tema de la educación y la capacitación profesional es de alta relevancia para la Estrategia, y estamos actuando en estrecha cooperación con nuestro Ministerio de Educación, sea en la infraestructura de Internet para las escuelas, sea en la cuestión de contenidos digitales para la enseñanza.

Una de las acciones concretas señaladas en nuestra Estrategia es el Plan Nacional de IoT ('Internet of Things'), que está actualmente en desarrollo y será lanzado aún este año. El trabajo es realizado por la Secretaría de Política de Informática, en amplia articulación con el sector privado y la comunidad técnica y científica, en el ámbito de la Cámara de IoT. La formulación del Plan de IoT cuenta además con el apoyo del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) y de un estudio contratado de una consultoría especializada. Estamos mapeando 'verticales' de alto potencial en el contexto de nuestra economía, para establecer prioridades de actuación en el amplio espectro de posibilidades en IoT, especialmente en lo que se refiere a la reducción de costos de producción; reducción del consumo de energía; aumento de la eficiencia del trabajo; utilización en la agricultura, la ganadería y la silvicultura; utilización en aplicaciones de movilidad urbana, uso eficiente de sistemas de seguridad, energético y de abastecimiento y demás soluciones dirigidas a la sostenibilidad social y ambiental en centros urbanos densamente poblados ('smart cities')".

#### REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO DA DECLARAÇÃO MINISTERIAL

18. Em 9/8, realizou-se, conforme previsto, reunião plenária para dar início, formalmente, ao processo negociador do plano de ação eLAC 2020.

19. A ST apresentou versão revista da proposta de estrutura do referido plano de ação, com a incorporação das sugestões feitas na reunião da mesa de coordenação do dia 7. Após intensas negociações, que envolveram, inclusive, o estabelecimento de grupos de redação para cada núcleo temático, logrou-se consenso sobre a estrutura geral do referido

documento, que deverá passar a contar com 31 metas e sete áreas prioritárias: Infraestrutura; Transformação e Economia Digital; Governo Digital; Cultura, Inclusão e Habilidades Digitais; Tecnologias Emergentes (para tratamento específico de temas como "blockchain", computação em nuvem, "big data" e Inteligência Artificial); Mercado Digital Regional; e Governança para a Sociedade da Informação.

20. Cabe notar que, por iniciativa brasileira, o tema "Mercado Digital Regional" - que não constava como área prioritária mesmo na versão revista apresentada pelo Secretariado - passou a constituir eixo próprio, com as seguintes metas específicas: (i) "Promover una estrategia de mercado digital regional que incremente el comercio y fortalezca la competitividad de América Latina y el Caribe, mediante incentivos, la armonización normativa, la integración en materia de conectividad, el desarrollo de plataformas digitales de bienes, servicios y contenidos y el flujo transfronterizo de datos"; (ii) "Impulsar medidas para la facilitación del comercio regional a través del uso de tecnologías digitales, la coordinación institucional y la interoperabilidad de los diferentes sistemas nacionales de comercio exterior"; e (iii) "Fortalecer la efectividad de las políticas destinadas a precautelar la privacidad, la protección de datos personales y la defensa del consumidor en Internet".

21. Esse conjunto de metas atende o interesse do governo brasileiro em iniciar negociação com países da região para o estabelecimento de mecanismos que permitam o incremento do comércio de bens por meio da criação de plataformas de "market place" regionais; integração de sistemas aduaneiros e de comércio exterior; desenvolvimento de soluções comuns para a logística de entrega de mercadorias; e integração dos sistemas de pagamento "online". Nesse contexto, acordou-se que o Brasil (juntamente com a Colômbia) passará a integrar, no período 2018-2020, o Grupo de Trabalho sobre Mercado Digital Regional - que seguirá, até a Conferência de Cartagena, sob a coordenação do México e do Chile.

#### REUNIÃO FINAL DA MESA DIRETORA

22. Na manhã do dia 10/8, teve lugar reunião final da Mesa, para avaliação e seguimento dos resultados da reunião preparatória. Acordou-se, na ocasião, o estabelecimento de calendário para



aperfeiçoamento, no período intersessional, dos documentos a serem aprovados pela Conferência Ministerial. Segundo esse cronograma, os governos terão até o final de agosto para reagir à primeira versão da proposta de Declaração, elaborada pelo Secretariado com base nas tratativas do dia 9. Uma segunda rodada de comentários terá lugar no decorrer do mês de setembro, antes de possível reunião presencial, a realizar-se, tentativamente, no decorrer de outubro, no México.

23. Além disso, com o objetivo de dar maior concretude às atividades do processo eLAC, um plano de trabalho, com número reduzido de metas, deverá ser aprovado antes da Ministerial. Para tanto, os países integrantes do processo deverão selecionar até duas metas por eixo. O cruzamento de tais metas, a ser realizado pela ST, permitirá mapear objetivos comuns, que poderão dar margem ao estabelecimento de projetos envolvendo países com interesses semelhantes, e que deverão ser levados a cabo no período 2018-2020. Brasil, México, Chile e Colômbia reafirmaram, também nesse contexto, o interesse em trabalhar de forma coordenada com vistas à proposição de ações específicas que permitam o incremento do comércio sub-regional por meio da utilização de tecnologias digitais.

24. Documentos e informações relevantes sobre o processo eLAC podem ser localizados na página eletrônica <http://www.cepal.org/es/proyectos/elac2018>.